

## **Um Estudo sobre a avaliação da política pública da interiorização do ensino superior do instituto federal de educação do Ceará: o caso da cidade de Sobral-Ceará**

### **A study on the evaluation of the public policy of interiorization of higher education of the federal institute of Education of Ceará: the case of the city of Sobral-Ceará**

DOI:10.34117/bjdv7n6-742

Recebimento dos originais: 30/05/2021

Aceitação para publicação: 30/06/2021

#### **Heloisa Helena Medeiros da Fonseca**

Mestrado em Políticas Públicas

Instituição: Instituto Federal do Ceará

Endereço: Rua Jorge Dumar, , Jardim América. Fortaleza, CE.

E-mail: heloisa.fonseca@ifce.edu.br

#### **João Welliandre Carneiro Alexandre**

Doutorado em Engenharia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua: Paulino Nogueira, 315. Bloco I. Térreo. Benfica. CH3 - Anexos da

Reitoria - Fortaleza - CE

E-mail: jwca@ufc.br

#### **Sueli Maria de Araújo Cavalcante**

Doutorado em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua: Paulino Nogueira, 315. Bloco I. Térreo. Benfica. CH3 - Anexos da

Reitoria - Fortaleza - CE

E-mail: suelicavalcante@hotmail.com

#### **Ana Cláudia Uchôa Araújo**

Doutorado em Educação

Instituição: Instituto Federal do Ceará

Endereço: Rua Jorge Dumar, , Jardim América. Fortaleza, CE.

E-mail: ana@ifce.edu.br

#### **RESUMO**

A interiorização do ensino superior é um acontecimento muito recente no Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001- 2010, assim como o PNE 2011-2020, trazem em suas diretrizes a indicação de que um forte sistema de educação superior é o elemento propulsor do desenvolvimento e da independência de um país. Esses planos estabeleceram uma política de expansão para diminuir as desigualdades de oferta, sem renúncia da qualidade no ensino. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais (IF), estabelece uma das políticas de expansão para atender a demanda por educação superior nas capitais e no interior do país. Nessa linha de pesquisa, ancorado nestes aportes legais, este estudo tem como objetivo geral investigar o reflexo

da interiorização do ensino superior do IFCE por meio da comparação entre grau de expectativa e de satisfação dos discentes com os efeitos que a política de expansão promoveu quando da interiorização do IFCE. Este estudo é classificado como uma pesquisa aplicada, de abordagem quantitativa e com fins exploratório e descritivo no campus de Sobral. Para tal, foi utilizada uma amostra com 148 alunos matriculados no campus aplicada em dezembro de 2017. Como ferramenta de apreensão de dados utilizou-se um questionário adaptado do modelo de Schleich, Polydoro e Santos (2006), o qual é estruturado.

**Palavras-Chave:** Interiorização do Ensino Superior, Políticas Públicas, Avaliação, Grau De Expectativa, Grau de Satisfação.

## ABSTRACT

The expansion of higher education to the countryside is a very recent event in Brazil. The National Education Plan (also known by the Portuguese acronym, PNE) 2001-2010, as well as PNE-2011-2020, bring in their guidelines the indication that a strong higher education system is the driving force for the development and independence of a country. These plans establish an expansion policy to reduce the inequalities in offer, without sacrificing the quality of education. The Decree-Law 11.892, of December 29, 2008, which created the Federal Institutes (Portuguese acronym, IF), establishes one of the expansion policies to meet the demand for higher education in the capital and country cities. In this line of research, based on these legal contributions, this study aims, as a main objective, to investigate the results from IFCE's higher education countryside expansion by comparing the degree of expectation and satisfaction of the students, as an outcome of the promoted expansion policy at IFCE. This study can be classified as applied research, with a quantitative approach and with exploratory and descriptive purposes on IFCE's Sobral campus. To achieve this, 147 students that were enrolled at Sobral campus in December 2017 participated in this study. As a tool for data collection, a modified version of the survey model proposed by Schleich, Polydoro and Santos (2006) was used, which is structured in four dimensions; academic, institutional, expansion policy and future prospects. exploratory data analysis was applied to measure and analyze the results. As findings, the research presents evidence that the survey participants' expectations are higher than their satisfaction with respect to the expansion dimension, whereas in the academic and institutional the degree of satisfaction is higher. Finally, for the IFCE and future prospects dimension, expectation and satisfaction variables were found to be balanced. With this study, it is concluded that the expansion of higher education policy, specifically at IFCE's Sobral campus, has positive effects on the degree of satisfaction of the students, when taking into account the access to higher education in the region where they reside.

**Keywords:** Higher Education Countryside Expansion, Public Policies, Evaluation, Degree Of Expectation, Degree Of Satisfaction.

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do Brasil por um período de dez anos. Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2017), o PNE se constitui um plano para a educação brasileira, no qual

as responsabilidades são compartilhadas entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Por ser um plano decenal, perpassa vários governos e assegura a continuidade das políticas públicas, no caso de mudança de gestão, e se constitui um instrumento para o aprimoramento da educação.

Segundo Alves (2010), o primeiro PNE foi elaborado em 1962 para atender às disposições da Constituição Federal de 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1951.

Entende-se aqui que a apresentação do processo de elaboração do PNE deve ter a participação e o apoio da sociedade, desde os envolvidos com mídia, associações, entidades de classe, intelectuais, pais e alunos, empresários, entre tantos outros. Dessa forma, a sociedade contribui para um diagnóstico que auxilia no estabelecimento de metas, objetivos e estratégias.

O Brasil passou por diversos planos nacionais de educação com diferentes denominações: o de 1986 a 1989, denominado de I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que trazia formulação de políticas, planejamento e gestão; em 1993, o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), que se dedicava a erradicação do analfabetismo e a universalizar a educação fundamental; o PNE (2001-2010), que trouxe metas específicas para a educação superior no que tange a expansão e a interiorização; e o PNE (2011-2020), que dentre outras metas estabelece elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% da população de 18 a 24 anos (BRASIL, 2010).

Neste contexto e visando a expansão com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Unidades descentralizadas de Ensino (Uneds), as Escolas Agrotécnicas, as Escolas Técnicas Federais e as escolas vinculadas às universidades, num total de 160 instituições, se tornaram Institutos Federais de Educação. Observa-se, porém, que a legislação é do final de 2008, praticamente em 2009, ou seja, um ano antes do final do prazo do primeiro Plano Nacional de Educação.

Para Ferreira Jr. (2010), a educação brasileira tem um histórico elitista e excludente e é destinada a uma parte da sociedade denominada elite agrária, os filhos dos senhores da terra. Assim, o acesso ao ensino superior, para muitos brasileiros do interior do país, era marcado por um histórico de impossibilidade. Porquanto, mesmo com acesso à rede pública e gratuita, sair do município para estudar representava um custo muito alto para a maioria das famílias do interior do Brasil, que não podia arcar com as despesas de

manter seus filhos na capital. Com a democratização do acesso à educação superior, abre-se a possibilidade de escolha profissional.

Portanto, é importante verificar como os discentes analisam a chegada dos campi do Instituto Federal em suas cidades, quais as suas expectativas antes de entrar em um curso superior qual o nível de satisfação após o ingresso, por se encontrar em um campus fruto da interiorização do ensino superior.

Para tanto, formulou-se a seguinte pergunta na pesquisa: Qual o grau de expectativa e de satisfação do discente do IFCE com a política pública de interiorização no IFCE?

Assim sendo, este estudo teve por objetivo principal investigar o grau de expectativa e de satisfação com os efeitos que a política de expansão promoveu com a interiorização do IFCE no campus de Sobral na perspectiva dos discentes.

Quanto ao referencial teórico, trabalhou-se com as pesquisas de Schleich, Polydoro e Santos (2006) uma vez que construíram uma escala de satisfação com a experiência acadêmica para investigar o grau de satisfação de estudantes de cursos noturnos em uma instituição de ensino superior em São Paulo na área de Administração, Ciências da Computação e Comunicação.

Esta pesquisa quanto a abordagem do problema classifica-se como quantitativa por utilizar a quantificação na coleta para o tratamento de dados mediante técnicas estatísticas, uma vez que mede resultados numéricos para medir o grau de expectativa e satisfação de alunos quanto a expansão e interiorização do ensino superior.

O estudo está estruturado em quatro seções seguidas a Introdução, a segunda seção, trata dos dois últimos PNE, suas metas para o ensino superior e trata ainda, da interiorização do ensino superior no estado do Ceará; a terceira seção trata dos Institutos Federais e seu papel na interiorização e da cidade e o campus de Sobral; a quarta apresenta a definição da pesquisa, a coleta de dados e análise de dados; e a quinta se encerra com a conclusão.

## **2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) E SUAS METAS PARA O ENSINO SUPERIOR**

A Lei nº 10.172, de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação para o período de 2001-2010, apresenta para a educação superior o seguinte diagnóstico:

A educação superior enfrenta, no Brasil, sérios problemas, que se agravarão se o Plano Nacional de Educação não estabelecer uma política que promova sua renovação e desenvolvimento. (BRASIL, 2008, Art. 2º, p. 1).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 expressa em suas diretrizes que um forte sistema de educação superior é o elemento propulsor do desenvolvimento e independência de um país. Este plano inicia uma política de expansão quando estabelece na Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, no item 4.3, que trata dos objetivos e metas, respectivamente o um e o três:

- ✓ Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.
- ✓ Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país.

A Lei nº 8035, de 2010, aprova o PNE para o decênio de 2011-2020 e apresenta a Meta 12 quanto à expansão da educação superior:

Meta 12. Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2010, pág.41).

Em pesquisa realizada no ano de 2005, na Universidade Federal do Piauí, Passos e Gomes (2008) constatam que, no Brasil, o acesso ao ensino superior público é privilégio de poucos, que esse ensino “favorece aqueles de melhor renda e acentua as desigualdades sociais.”

A lei supramencionada traz em seu corpo a estratégia referente à Meta 12, estabelecendo que a ampliação de matrículas no segmento público se dará “por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil” e define os critérios da oferta.

É neste contexto, à luz dos dois últimos Planos de Educação Nacional que acontecem as políticas públicas de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. Oliveira e Dourado (2016) destacam que foi a partir de 2003, com a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a ampliação da rede

federal de educação tecnológica e profissional, que resultou a criação de novas universidades e campi, acontecendo assim, a interiorização da oferta de vagas.

Com a ampliação da rede federal de educação tecnológica e profissional, são criados os institutos federais (IF), por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esta veio em atendimento às políticas de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil e, assim, foi criado o Instituto Federal do Ceará, em 2008.

## 2.1 A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CEARÁ

Durante anos, o interior do Ceará foi carente de instituições de educação superior. O indivíduo que quisesse e pudesse financeiramente arcar com as despesas de cursar uma graduação teria que, necessariamente, deixar sua cidade; era o êxodo do capital humano que, por falta de oportunidade, emigrava e muitas vezes não voltava. Assim, o desenvolvimento técnico e científico e a reprodução de conhecimento em benefício de uma cidade não aconteciam, pois nada assegurava a permanência do jovem se não havia acesso à educação superior. Nesse sentido, a interiorização muda a paisagem da região cearense, possibilitando que cursos nas áreas de licenciatura e formação de professores atendessem à demanda local, ou cursos de tecnologia e bacharelado expressassem as necessidades da cidade e do interior. Sobre a interiorização, Santos (2015) observa que:

A educação superior no Brasil historicamente foi ofertada primeiramente nas metrópoles, capitais e em poucas cidades do interior do país. O acesso ao ensino superior por pessoas do interior do país era circunscrito, tendo êxito apenas poucos privilegiados ou pessoas arrojadas e possuidoras de condições que lhes permitissem sair de sua cidade natal para estudar em outra cidade (SANTOS, 2015, p. 1).

Para Santos (2015), as políticas de expansão e, conseqüentemente, de interiorização do ensino superior no Ceará se materializaram nos últimos anos por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>5</sup> - é o caso da Universidade Federal do Ceará, assim como a interiorização da Universidade Estadual do Ceará (UECE), iniciada na década de 1980 e revigorada em 2008, com a criação do Instituto Federal do Ceará, com a ampliação dos polos da Universidade Vale do Acaraú (UVA)<sup>6</sup> e da Universidade Aberta do Brasil<sup>7</sup>, além da criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).<sup>8</sup>

Segundo Santos (2015), o ensino superior no Ceará teve o seu marco inicial em 1864 com o Seminário Episcopal do Ceará, 36 anos depois, em 1903 foi criada a Faculdade de Direito e em 1818 foi criada a Escola de Agronomia. Em 1954, 47 anos



depois da criação da primeira faculdade foram criadas a Universidade Federal do Ceará e a Faculdade de Filosofia do Crato. Em 1975 foi criada a Universidade Estadual do Ceará.

Para Santos (2015, p.6):

O Ceará diferenciou-se de outros estados nordestinos, pois, inicialmente, concentrou suas atividades na capital. A difusão do ensino superior teve início na década de 1950 com a criação do Instituto de Ensino Superior do Cariri (IESC). O IESC era a entidade mantenedora do Ensino Superior na Diocese do Crato com a Faculdade de Filosofia do Crato, primeira unidade de ensino superior criada pelo MEC, no interior do estado do Ceará. A faculdade oferecia cinco cursos, todos reconhecidos pelo Ministério da Educação, a saber: Pedagogia, Letras, História, Ciências e Geografia. Com a criação de uma universidade pública no Crato, a Diocese, considerando que a gratuidade do ensino viria beneficiar os alunos pobres e melhorar a situação do corpo docente, acolheu a proposta de incorporar os cursos da Faculdade de Filosofia do Crato à nova Universidade.

Em 2017, o Ceará tem em funcionamento 78 instituições de ensino superior segundo dados coletados no sistema de cadastro das instituições de ensino de ensino superior do Ministério da Educação e-mec, cadastradas e regularizadas. Destas, as instituições federais e estaduais mantêm campi no interior do Ceará. Das 78 instituições que oferecem ensino presencial, 66 são faculdades - sendo 35 na capital e 31 no interior; 5 centros universitários - 3 na capital e 2 no interior; e 7 universidades - 3 na capital e 4 no interior (MEC, 2017).

<sup>5</sup>Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), é uma das ações para ampliar o acesso à educação superior. O programa tinha ano de início 2003 e de término 2012. As ações previstas no programa, segundo MEC (2016): “... contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país”.

<sup>6</sup>A Fundação Universidade Estadual do Vale do Acaraú constitui órgão da Administração Pública Indireta do Estado do Ceará sob a formação de Fundação Pública, com personalidade de Direito Público, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE), conforme Lei Estadual nº 12.077-A, de 01 de março de 1993, possuindo sede de gestão administrativa localizada à Avenida da Universidade, 850, Bairro da Betânia, CEP 62040-370, em Sobral.

<sup>7</sup>A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituída pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 e em seu artigo primeiro já expressa a sua finalidade: o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. (BRASIL. Decreto 5.800/2006).

<sup>8</sup>Em 20 de julho de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.289 instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal, que nasce baseada nos princípios de cooperação solidária. Em parceria com outros países, principalmente africanos, a Unilab desenvolve formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, formando cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado.

criação do Instituto de Ensino Superior do Cariri (IESC). O IESC era a entidade mantenedora do Ensino Superior na Diocese do Crato com a Faculdade de Filosofia do Crato, primeira unidade de ensino superior criada pelo MEC, no interior do estado do Ceará. A faculdade oferecia cinco cursos, todos reconhecidos pelo Ministério da Educação, a saber: Pedagogia, Letras, História, Ciências e Geografia. Com a criação de uma universidade pública no Crato, a Diocese, considerando que a gratuidade do ensino viria beneficiar os alunos pobres e melhorar a situação do corpo docente, acolheu a proposta de incorporar os cursos da Faculdade de Filosofia do Crato à nova Universidade.

Vale ressaltar, que o interior do Ceará é atendido por um grande número de instituições de ensino superior oferecendo cursos de educação a distância que não foram contabilizados na Tabela 1.

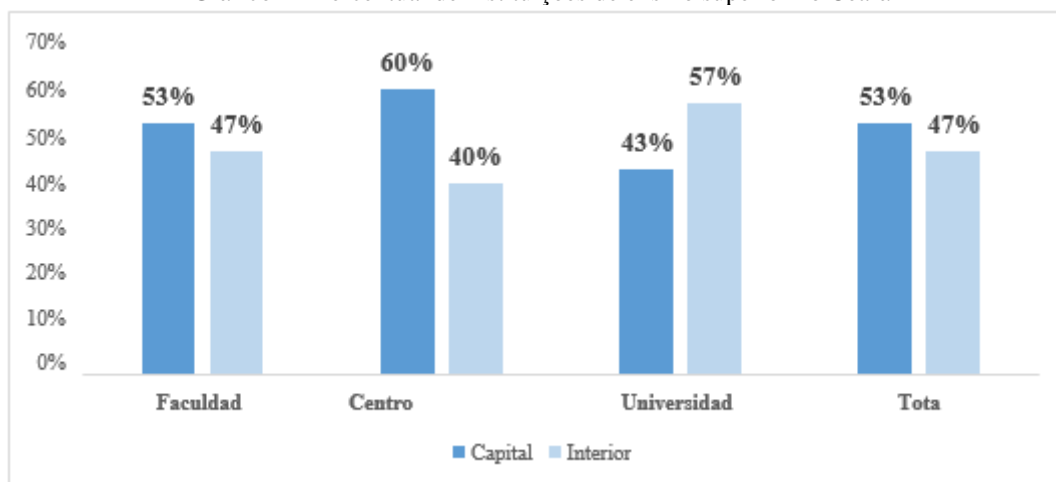
Tabela 1- Instituições de Ensino Superior no Estado do Ceará

Instituições de Ensino Superior	Capital	Interior	Total
Faculdade	35	31	66
Centro Universitário	3	2	5
Universidade	3	4	7
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>37</b>	<b>78</b>

Fonte: MEC (2017)

O interior do Ceará conta com 4 campi da UFC; 8 campi da UECE; 1 campus da UVA; 2 campi da UNILAB; 5 campi da UFCA; 5 campi da URCA e 30 do IFCE. Dos 30 do IFCE, 7 campi não oferecem ensino superior e 1(um) se encontra na capital. O Gráfico 1 apresenta a comparação visual no número de instituições de ensino superior na capital e interior.

Gráfico 1 - Percentual de instituições de ensino superior no Ceará



Fonte: MEC (2017)

Em 2017 o ensino superior se encontra presente de forma expressiva no interior do estado do Ceará, a presença das universidades é de 57%. No entanto, no cômputo geral 53% se encontra em Fortaleza.

Dessa forma, a política de expansão permitiu a criação de campi e de oferta de cursos de graduação, mudando o cenário intelectual, social e econômico das cidades, contribuindo com a democratização do ensino superior e diminuindo a desigualdade de oferta em todo o estado do Ceará. Assim sendo, a escolha de um campus na cidade do



interior representa para a população uma mudança de cenário e de vida, conforme registro em reportagem feita na cidade de Boa Viagem, localizada quase no centro do estado do Ceará, na microrregião do sertão de Quixeramobim:

A escolha foi comemorada pelos estudantes. Um deles, Azarias Fragoso, no 2º ano do ensino médio, ressaltou que toda a região sofre com a carência de professores na área de ciências e a escolha da Licenciatura em Química foi acertada e importante. ‘Hoje só temos uma pessoa formada em Química em toda Boa Viagem. Temos essa carência e a chegada desse curso é o começo de uma mudança. Ficamos felizes com essa escolha e esperamos que esse seja só o começo para virem outras, como Física e Matemática, por exemplo, comentou (BLOGS DIÁRIO DO NORDESTE, 2015).

Com a expansão, o interior do estado do Ceará adquire outro cenário, a saber, do ponto de vista social, com a oportunidade de acesso a cursos de graduação aos estudantes que vivem longe das capitais; do ponto de vista político, garantiu a igualdade nas condições de acesso e permanência e, finalmente, do ponto de vista científico, permitiu a inserção ao conhecimento científico e tecnológico no interior do Estado.

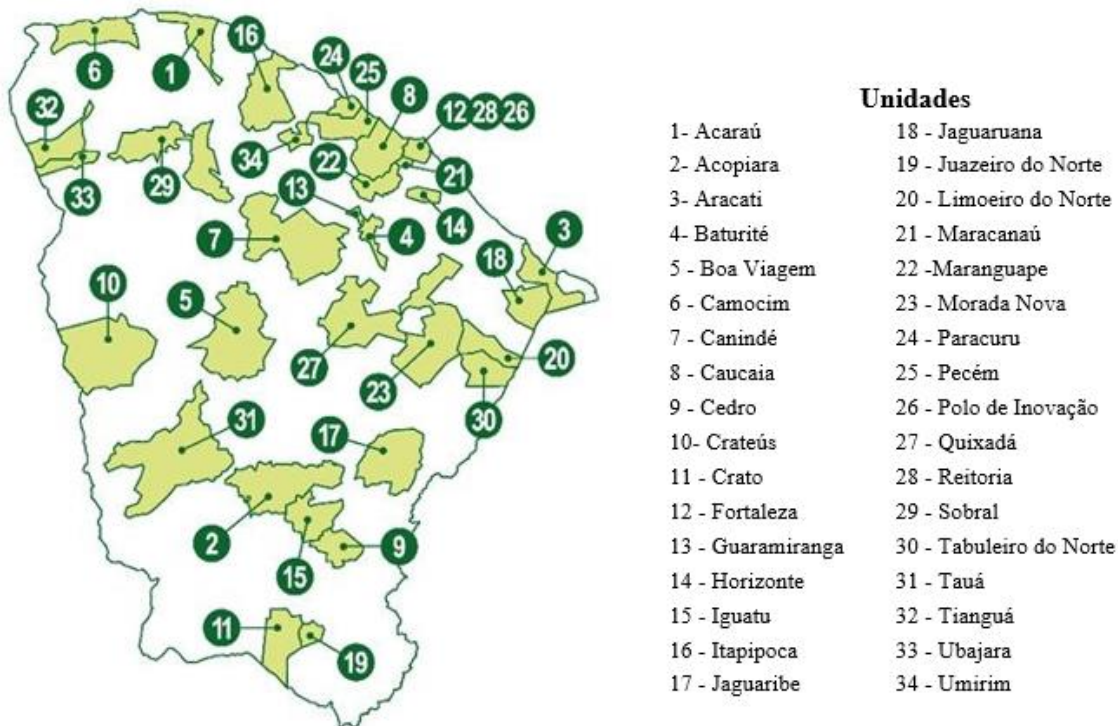
Nesse sentido, na próxima seção verifica-se o papel dos Institutos Federais na interiorização no Ceará.

### **3 INSTITUTOS FEDERAIS E O SEU PAPEL NA INTERIORIZAÇÃO**

A lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A criação dos IFs permitiu a ampliação, a expansão e interiorização dos cursos de graduação (Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado). Segundo o Portal da Rede Federal de Educação, em 2010, eram atendidos 321 municípios pelos Institutos Federais e em 2017, passaram a 568 municípios brasileiros atendidos pela instituição (MEC, 2017).

Em 2009 inicia-se efetivamente o processo de expansão e interiorização e os campi do IFCE passam a ocupar o interior do estado do Ceará. Em 2016, foi inaugurada a sede própria da reitoria e nesse ano encontra-se em funcionamento 32 campi sendo 31, no interior do Ceará. A Figura 1 mostra o mapa com a atuação do IFCE em todo o estado do Ceará em 2016. Os campi estão presentes em 31 municípios do Ceará e os polos de educação a distância em 22. Vale destacar que na cidade de Fortaleza encontram-se a reitoria, o campus de Fortaleza, um polo de EaD e o Polo de Inovação de Fortaleza, conforme o disposto no mapa do Ceará.

Figura 1 - Expansão e Interiorização do IFCE – 2017



Fonte: IFCE (2017)

Esse artigo é um recorte de uma pesquisa maior que abrangeu três campi do Instituto Federal do Ceará: Aracati, Canindé e Sobral. Para a definição do locus da pesquisa estabeleceu-se dois procedimentos, considerando que o Instituto Federal do Ceará tem em pleno funcionamento 30 campi. Assim, para a escolha dos campi para a pesquisa utilizou-se dois filtros, o primeiro obedeceu ao seguinte procedimento:

- I. Listou-se os 30 campi levando em conta cursos, data de criação (etapa da expansão) e região em que se encontram;
- II. Em seguida, retirou-se da lista os campi que não oferecem graduação (a investigação é sobre a expansão da educação superior);
- III. Retirou-se os campi que se encontram na grande Fortaleza (o objetivo é expansão/interiorização);
- IV. Por último, filtrou-se os campi de data anterior a expansão.

O resultado do primeiro filtro encontra-se no Quadro 14. Três campi da 1ª expansão (Limoeiro do Norte, Quixadá e Sobral); três campi da 2ª expansão (Acaraú, Canindé e Crateús) e sete campi da 3ª expansão (Aracati, Baturité, Camocim, Jaguaribe, Tauá, Tianguá e Ubajara).

Quadro 1 - Critérios para a escolha dos campi

Campi	Região	Data de Funcionamento campus	Expansão
Acaraú	Litoral Norte	Portaria MEC N° 373/maio/2010	2ª Expansão
Aracati	Litoral Leste	Portaria MEC N° 331/abril/2013	3ª Expansão
Baturité	Maciço de Baturité	Portaria MEC N° 331/abril/2013	3ª Expansão
Camocim	Litoral Norte	Portaria MEC N° 331/abril/2013	3ª Expansão
Canindé	Sertão de Canindé	Portaria MEC N° 374/maio/2010	2ª Expansão
Crateús	Sertão de Crateús	Portaria MEC N° 375/maio/2013	2ª Expansão
Jaguaribe	Sertão do Vale do Jaguaribe	Portaria MEC N° 331/abril/2013	3ª Expansão
Limoeiro do Norte	Sertão do Vale do Jaguaribe	Portaria MEC N° 687/junho/2008	1ª Expansão
Quixadá	Sertão Central	Portaria MEC N° 688/junho/2008	1ª Expansão
Sobral	Sertão de Sobral	Portaria MEC N° 689/junho/2008	1ª Expansão
Tauá	Sertão dos Inhamus	Portaria MEC N° 331/abril/2013	3ª Expansão
Tianguá	Serra de Ibiapaba	Portaria MEC N° 331/abril/2013	3ª Expansão
Ubajara	Serra de Ibiapaba	Portaria MEC N° 331/abril/2013	3ª Expansão

Fonte: IFCE (2017)

O segundo filtro atendeu ao seguinte procedimento:

- I. Escolha de um campus de cada expansão.
- II. Para a 1ª expansão, a escolha de um campus de maior oferta do ensino superior.
- III. Para a 2ª expansão, a escolha de um campus cujo município não tinha instituição de ensino superior.
- IV. Para a 3ª expansão, a escolha de um campus cujo município tinha uma média oferta de ensino superior.

Assim o resultado do segundo filtro foi:

- I. Para a 1ª expansão, a escolha de um campus de maior oferta do ensino superior:

**Sobral** (o maior centro universitário do interior do Ceará);

II. Para a 2ª expansão, a escolha de um campus cujo município não tinha instituição de ensino superior: Canindé (o IFCE-Canindé é a única instituição que oferece ensino superior no município).

III. Para a 3ª expansão, a escolha de um campus cujo município tinha uma média oferta de ensino superior: Aracati (que conta com 14 cursos da Faculdade do Vale do Jaguaribe).

Dessa forma escolheu-se o campus Sobral da primeira expansão e com um maior tempo de funcionamento o que traria por parte dos respondentes resultados mais consistentes.

### 3.1 A CIDADE E O CAMPUS DE SOBRAL

O município de Sobral apresenta um dos melhores índices de desenvolvimento humano do estado do Ceará (0,819), e ocupa a posição de cidade-polo, em cujas adjacências localizam-se os seguintes municípios: Acaraú, Alcântaras, Canindé, Cariré, Coreaú, Forquilha, Groaíras, Irauçuba, Massapê, Meruoca, Miraíma, Mucambo, Santa Quitéria e Santana do Acaraú (IPECE, 2017).

Segundo o censo de 2010 a população de Sobral foi de 203.682 habitantes, sendo o quinto maior município em população do Estado. A cidade lidera o número de trabalhadores com carteira assinada, possui a quarta maior arrecadação em ICMS do Estado, tem uma taxa de urbanização de 88,35%, e tem em seu polo industrial 153 indústrias dentre elas as de expressão nacional como a Grendene e o Grupo Votorantim (IPECE, 2017).

Sobral é o maior centro universitário do interior do Ceará e apresenta Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em pleno crescimento, que passou de 4,0 em 2005 para 4,9 em 2007; 6,6 em 2009; 7,3 em 2011; 7,8 em 2013 e 8,8 em 2015. O município possui 66 escolas de ensino fundamental, 25 escolas de ensino médio e 14 instituições de ensino superior, sendo 7 oferecendo cursos presenciais e 7 na modalidade educação a distância (IPECE, 2017).

Em 2007, na Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica que tinha como lema: “Uma escola Técnica em cada cidade-polo do país”, surgiu o campus de Sobral para atender toda a Região Norte por meio da formação profissional gratuita e de qualidade. A pactuação foi feita entre os governos federal, estadual e municipal, sendo que o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal ofereceram a Faculdade de Tecnologia CENTEC (FATEC/Sobral) ao governo federal para o funcionamento do campus IFCE-Sobral. Iniciou-se, assim, o processo de transição CEFET para IFCE-Sobral, com a incorporação dos alunos e realização de concurso público para contratação de professores e servidores (IFCE, 2016).

Atualmente o IFCE Campus de Sobral oferece 5 cursos de graduação, sendo Licenciatura em Física, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Irrigação e Drenagem, Tecnologia em Saneamento Ambiental e Tecnologia em Mecatrônica Industrial; além de

duas especializações: Ambiente e Saúde e em Produção Alimentícia, oferece ainda o Mestrado em Desenvolvimento Educacional e Social cadastrados no Ministério da Educação (MEC, 2019).

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é classificada como quantitativa uma vez que o tratamento de dados se baseou em um questionário estruturado e objetivo, e as análises foram baseadas em técnicas estatísticas.

A amostra foi composta por 147 estudantes de graduação do campus de Sobral, a partir de uma população de 817 alunos matriculados conforme dados do MEC (2017). O erro de estimativa assumido é 5 p.p. (pontos percentuais), com um nível de confiança de 95%.

##### 4.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO

Já para a realização desta pesquisa, foi aplicado um questionário estruturado como instrumento, adaptado do modelo de Schleich, Polydoro e Santos (2006) que categoriza as sentenças em quatro dimensões:

1. Expectativa e satisfação quanto ao aspecto acadêmico do curso.
2. Expectativa e satisfação quanto à instituição.
3. Expectativa e satisfação quanto a expansão.
4. Expectativa e satisfação quanto ao IFCE e à perspectiva de futuro.

Este estudo, diferente do modelo de Schleich, Polydoro e Santos (2006) acrescenta uma dimensão a mais: a expansão, para que se possa verificar o grau de expectativa e satisfação com a política de expansão da educação superior no campus.

Quanto à forma de perguntas do questionário, optou-se por questões fechadas (escolha de uma alternativa como resposta). Ele foi composto por vinte e seis sentenças distribuídas entre as seguintes dimensões: **Dimensão Acadêmica**, composta de doze sentenças; **Dimensão**

**Institucional**, com sete; **Dimensão Expansão**, com cinco e **Dimensão IFCE e a perspectiva de futuro**, com quatro sentenças.

Quanto à escala de medida, foi aplicada a escala de Likert, que é uma escala categórica ordinal largamente utilizada em pesquisa dessa natureza. Para a marcação das

respostas foi construída uma escala com quatro categorias de respostas, no intuito de se eliminar respostas neutras, conforme exposto na Figura 2:

Figura 2 – Escala de valores

GRAU DE EXPECTATIVA (ANTES DE INGRESSAR NO CURSO)			
1. muito baixa	2. Baixa	3. Alta	4. Muito alta
GRAU DE SATISFAÇÃO (APÓS INGRESSAR NO CURSO)			
1. Não satisfatório	2. Pouco satisfatório	3. Satisfatório	4. Muito satisfatório

Fonte: elaborada pelos autores

#### 4.2 PROCEDIMENTO PARA A COLETA DAS AMOSTRAS

Solicitou-se a autorização do diretor geral do campus de Sobral e agendou-se uma visita para a aplicação do questionário no dia 07/12/2017. O questionário foi aplicado nas salas de aula com uma explanação do documento e o seu objetivo.

### 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção apresenta-se primeiro um perfil geral dos estudantes pesquisados e logo após as interpretações e análises das dimensões.

#### 5.1 PERFIL GERAL DOS ESTUDANTES PESQUISADOS

A partir da Tabela 2 se observa que, dos estudantes que responderam ao questionário 71 (47,97%) são do sexo feminino e 76 (51,35) do sexo masculino. Quanto à participação por sexo nos cursos do campus IFCE Sobral tem-se: o sexo masculino predomina no curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial com 87%, no de Irrigação e Drenagem com 57% e no de Licenciatura em Física com 79%. Nos cursos de Tecnologia em Alimentos e Saneamento Ambiental, a participação feminina apresenta percentuais de 70% e 83%, respectivamente

Tabela 2- Percentual de participação em curso por sexo

Curso	Modalidade	Nº respondentes	Sexo			
			Masculino	%	Feminino	%
Alimentos	Tecnologia	47	14	30%	33	70%
Irrigação e Drenagem	Tecnologia	23	13	57%	10	43%
Mecatrônica Industrial	Tecnologia	30	26	87%	4	13%
Saneamento Ambiental	Tecnologia	23	4	17%	19	83%
Física	Licenciatura	24	19	79%	5	21%

Fonte: elaborada pelos autores

Outros resultados da pesquisa mostram que no 83,43% dos respondentes nasceram no interior, 11% nasceram na capital do estado e 5% em outro estado. Esse percentual de 83,43% evidencia a política de interiorização da educação superior, que aliada as políticas de assistência estudantil contribuem para a permanência e êxito do aluno na instituição. Além da merenda escolar, o campus serve a comunidade almoço e jantar, as refeições são subsidiadas pelo IFCE ao valor de R\$2,80. Há ofertas de auxílio para viagens técnicas, bolsa monitoria, auxílio discente mães/pais, transporte, moradia e óculos e os serviços de atendimentos de enfermagem, odontológico, psicológico, pedagógico para citar os mais procurados. Outro fator facilitador é a oferta do curso de licenciatura nos períodos tarde e noite, enquanto, os tecnológicos em período integral.

Quanto ao semestre de entrada no curso, os resultados revelam que 57 (39,51%) dos entrevistados iniciaram seus estudos no período 2017.1, 40 (27,03%) em 2016.2, 22 (14,87%) em 2016.1, 16 (10,81%) em 2015.2, 9 (6,07%) em 2015.1, 3 (2,03%) em 2014.2 e apenas 1 (0,68%) em 2014.1.

## 5.2 INTERPRETAÇÕES E ANÁLISES DAS DIMENSÕES

Expectativa é própria do ser humano, o tamanho de uma expectativa pode ser maior que a sua realização e muitas vezes ela é idealizada e não se percebe o tamanho da conquista e a satisfação fica aquém da expectativa. A satisfação é também um sentimento que é influenciado por percepções de qualidade. Aqui são analisados os resultados atribuídos ao grau de expectativa e de satisfação obtidos em cada dimensão do questionário, apresentados na Tabela 3

### • Dimensão Acadêmica

A média atribuída à **Dimensão Acadêmica** quanto à expectativa é de 3,18 e à satisfação é de 3,24. Nesta dimensão, a satisfação mostra-se em média acima da expectativa ( $3,18 - 3,24 = -0,06$ ) – diferenças negativas significam média da satisfação maior que média da expectativa. Dos doze itens da **Dimensão Acadêmica**, sete contribuem para a elevação da média geral de satisfação. Os itens que apresentam as maiores diferenças entre expectativas e satisfação são: 1.1 Quanto à escolha do curso, a média atribuída à expectativa com diferença ( $3,01 - 3,29 = -0,28$ ); 1.2 Quanto às disciplinas oferecidas ( $3,11 - 3,33 = -0,22$ ); 1.3 Quanto ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes ( $3,27 - 3,49 = -0,22$ ).



- **Dimensão Institucional**

O resultado da Dimensão Institucional, na visão dos respondentes do campus de Sobral, apresenta a média de expectativa 3,42 e a satisfação é de 3,57, o que reflete a superação da satisfação frente às expectativas. Todos os itens da Dimensão Institucional apresentam inferiores às da satisfação, sendo as mais destacadas nos itens: 2.1 Imagem do IFCE ( $3,47 - 3,69 = - 0,22$ );

Infraestrutura física da instituição ( $3,42 - 3,62 = - 0,20$ ); 2.3 Quanto ao atendimento recebido pelos servidores ( $3,39 - 3,60 = - 0,21$ ).

- **Dimensão Expansão**

Em se tratando da **Dimensão Expansão** no campus de Sobral, a média global atribuída a expectativa é de 3,11, superior à média da satisfação é de 3,02, refletindo então que as expectativas não são atendidas. O único item em que a satisfação é maior que a expectativa é o 3.1 Quanto à criação do campus em sua cidade - a satisfação de 3,21 supera a expectativa de 3,14. Um ponto que merece destaque é o 3.5 Quanto à inserção da instituição na política de mercado de trabalho para os concludentes ( $3,18 - 2,93 = 0,2$ ), que apresenta a maior diferença positiva entre expectativa e satisfação, contribuindo fortemente para o não atendimento da **Dimensão Expansão**.

- **Dimensão IFCE e a Perspectiva de Futuro**

Quanto ao resultado da **Dimensão IFCE e a perspectiva de futuro** no campus de Sobral, a média global atribuída à expectativa é de 3,20 e a satisfação é de 3,19, o que mostra um equilíbrio entre essas duas variáveis. O único item em que a expectativa supera a satisfação é o 4.4 Quanto à pretensão em se fixar na cidade ( $3,08 - 3,00 = 0,08$ ).

Tabela 3 – Respostas das expectativas e satisfação dos estudantes pesquisados

DIMENSÕES	Grau de expectativa		Grau de satisfação	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
<b>1. Acadêmica</b>				
1.1 quanto à escolha do curso	3,01	0,73	3,29	0,70
1.2 quanto às disciplinas oferecidas	3,11	0,6	3,33	0,67
1.3 quanto ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes	3,27	0,66	3,49	0,61
1.4 quanto ao domínio do conteúdo pelo docente	3,49	0,62	3,60	0,58
1.5 quanto às aulas práticas	3,27	0,75	3,15	0,78
1.6 quanto ao currículo e programas do seu curso	3,24	0,66	3,32	0,67
1.7 quanto à capacidade dos professores de promover aprendizagem	3,45	0,59	3,56	0,55
1.8 quanto à disponibilidade de tempo dos professores para atender	3,13	0,71	3,28	0,64
1.9 quanto à participação em atividades de produção científica e tecnológica (grupos de pesquisa)	3,03	0,78	3,01	0,71

1.10 quanto à articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão	3,05	0,74	3,03	0,77
1.11 quanto ao atendimento e acompanhamento em estágio curriculares	3,1	0,78	3,03	0,79
1.12 quanto à oferta de estágios extracurriculares	3,03	0,76	2,87	0,86
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>3,18</b>		<b>3,24</b>	
<b>2. Institucional</b>				
2.1 Imagem do IFCE	3,47	0,72	3,69	0,58
2.2 Infraestrutura física da instituição	3,42	0,59	3,62	0,52
2.3 quanto ao atendimento pelos servidores	3,39	0,6	3,60	0,53
2.4 quanto aos laboratórios	3,39	0,71	3,40	0,69
2.5 quanto ao acervo da biblioteca	3,44	0,62	3,59	0,57
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>3,42</b>		<b>3,57</b>	
<b>3. Expansão</b>				
3.1 quanto à criação do campus em sua cidade	3,14	0,86	3,21	0,95
3.2 quanto aos cursos ofertados	3,11	0,8	2,97	0,84
3.3 quanto ao oferecimento de políticas de assistência estudantil	3,17	0,76	3,06	0,78
3.4 quanto ao atendimento as demandas sociais da cidade	3,01	0,74	3,00	0,66
3.5 quanto à inserção da instituição na política de mercado de trabalho para os concludentes	3,18	0,74	2,93	0,78
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>3,11</b>		<b>3,02</b>	
<b>4. O IFCE e a perspectiva de futuro</b>				
4.1 quanto à articulação com o mundo do trabalho	3,22	0,69	3,22	0,76
4.2 quanto à melhoria das possibilidades de competir no mercado de trabalho	3,20	0,72	3,22	0,69
4.3 quanto à preparação para se inserir no mercado	3,28	0,68	3,30	0,76
4.4 quanto à pretensão em se fixar na cidade	3,08	0,85	3,00	0,87
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>3,20</b>		<b>3,19</b>	

Fonte: pesquisa direta

A Tabela 2 mostra que foram 142 respondentes e aponta o resultado obtido por dimensão e por item. Vale ressaltar que na dimensão acadêmica o item com a satisfação mais alta foi: quanto ao domínio do conteúdo pelo docente, que obteve 3,60 – Muito Satisfatório. Na dimensão institucional o item quanto a imagem do IFCE teve o grau de satisfação de 3,69 o que significa – Muito Satisfatório. Quanto a dimensão Expansão no item: quanto à criação do campus em sua cidade a satisfação também foi maior que a expectativa e obteve a média de 3,21 e por fim, a dimensão IFCE e a perspectiva de futuro o item com o grau de satisfação melhor avaliado foi: quanto à preparação para se inserir no mercado que obteve 3,30.

## 6 CONCLUSÃO

As principais conclusões encontradas quanto ao perfil dos respondentes foram que 84% se encontram entre 18 a 24 anos, o que atende à Meta 12 do Plano Nacional de

Educação (PNE), que almeja elevar até 2020, a taxa líquida de Matrícula na educação superior para 33% da população de 18 a 24 anos.

Procurou-se saber se a política de interiorização estava sendo atendida ao se perguntar sobre o local de nascimento dos respondentes, o resultado encontrado foi: 83% dos respondentes nasceram no interior, 12% nasceram na capital e 5% em outro estado. Concluiu-se que a maior parte dos estudantes dos campi nasceu no interior, não houve a necessidade de migrar para capital para estudar e usufruir da política de expansão e interiorização do ensino superior.

A pesquisa revelou ainda que 87% dos respondentes fizeram o ensino médio em escola pública. O atendimento ao art. 6, inciso II da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação dos institutos federais, trata de suas finalidades e características e determina que é papel dos institutos desenvolver a educação atendendo às demandas sociais e peculiaridades regionais. Para se verificar o atendimento a esse inciso, fez-se uma adaptação no item mora na cidade em que se localiza o campus, estendendo-o à região em que se localiza o campus. Encontrou-se como resultado que 86% dos matriculados moram na mesma região em que se localiza a instituição, 14% nas regiões circunvizinhas. Isso significa que a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, está sendo atendida.

Assim, conclui-se que a estratégia da expansão é eficaz no cumprimento da meta do PNE e que a rede federal de educação profissional, neste caso, o IFCE contribui com a presença de seus campi no interior com a promoção da interiorização do ensino superior e com inclusão de populações anteriormente marginalizadas, onde frequentar o ensino superior era uma utopia até pouco tempo atrás.

Dessa forma, conclui-se que a política de expansão que promoveu a interiorização do campus IFCE Sobral, é importante para a promoção da inclusão social do indivíduo que mora em regiões distantes da capital. É possível que essa seja a sua única chance de acesso à educação superior. A satisfação alcançou boas médias em todas as dimensões e o campus de Sobral satisfaz as expectativas da comunidade discente.

Para finalizar, devemos esclarecer que são importantes o acesso e a interiorização do ensino superior, mas tão importante quanto, é a qualidade deste ensino que se manifesta na pesquisa de expectativa e satisfação aplicada nos discentes do Instituto Federal de Sobral.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Geralda; PASCUETO, Cinthia. Ensino Superior no Brasil comemora dois séculos. Olhar Virtual, Rio de Janeiro, 2ª edição 192, 2008. Disponível em: <[http://www.olharvirtual.ufrj.br/2010/?id\\_edicao=192&codigo=1](http://www.olharvirtual.ufrj.br/2010/?id_edicao=192&codigo=1). Acesso em: 28 set. 2016.

ANTONELLI, Ricardo A; COLAUTO, Romualdo D; CUNHA, V.A. Expectativa e Satisfações dos Alunos de Ciências Contábeis com Relação às Competências Docentes. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio em Educacion, v.10, nº 1, 2012.

Disponível em: [www.rinace.net/reice/numeros/arts/vol10num1/art5.pdf](http://www.rinace.net/reice/numeros/arts/vol10num1/art5.pdf). Acesso em: 22 jul.2017.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. Revista @ambienteducação. São Paulo. v.2, n.1, p. 39-55, jan./jul.2009.

ARRUDA, Ana Lúcia Barbosa de. Políticas da Educação Superior no Brasil: Expansão e Democratização: Um Debate Contemporâneo. Revista Espaço do Currículo, v.3, n.2, pp. 501- 510, setembro de 2010 a março de 2011. Disponível em: [periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec](http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec) Acesso em: 30 jul. 2016.

AZEVEDO, Alberto Luiz; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof. Rio de Janeiro, v. 38, nº 2, maio/agosto 2012.

AZEVEDO, Janete M, Lins de. A Educação como Política Pública. (Coleção polêmicas donosso tempo), v. 56. Campinas: Autores Associados, 2004,

BARREYRO, G. B. (Orgs.). Avaliação da educação: Diferentes abordagens críticas. São Paulo: EJR Xamã Editora, 2011.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008.

BONETTI, L. W. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Editora Inijui. 2011. BRASIL.CNE. Parecer CNE nº 16/99 - CEB. Disponível em: [www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf) Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Inep. Evolução da Educação Superior. Disponível em: [inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior](http://inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior) Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. Lei nº 11.892 – 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30, dez. 2008.

Disponível em: [www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf). Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. Lei nº 10.172 – 09 jan. 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10, jan. 2001. Disponível em: [www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf) Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf) Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. PNE - Ensino Superior - Graduação. Avaliação Técnica do Plano Nacional de Educação. Comissão de Educação e Cultura. Câmara dos Deputados. Brasília, p. 133-144. 2005. Disponível em: [www.georgezarur.com.br](http://www.georgezarur.com.br) Acesso em: 13 jul. 2017.

BLOGS DIÁRIO DO NORDESTE – Boa Viagem > Estudantes aguardam com expectativas conclusão de obras de campus do IFCE. Diário do Nordeste. Fortaleza, p.1, 24 nov. 2015. Disponível em <http://blogs.diariodonordeste.co.br/sertaocentral/educacao/em-boa-viagem-estudantes-aguardam-com-expectativa-conclusao-de-obras-de-campus-do-ifce/>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CATANI, A. M.; HENRY, A. P. & GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf). Acesso em: 10 jan. 2016.

COELHO, Sítia Said; VASCONCELOS, Maria Célia Chaves. A criação das Instituições do Ensino Superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis. 2009.

CUNHA, Paulo Roberto; GOMES, Giancarlo; BECK, Franciele. Satisfação dos Estudantes de Ciências Contábeis: Estudo em Universidades Públicas de Santa Catarina. Revista Contabilidade Vista e Revista, vol. 27, n. 1, 2016. Disponível em: [www.revistas.face.ufmg.br](http://www.revistas.face.ufmg.br) Acesso em: 04 set. 2017.

\_\_\_\_\_, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: TEIXEIRA, E. M. et al.

500 anos de educação no Brasil. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p. 197-240.

FERREIRA, Luiz Gonzaga Rebouças. Redação Científica. 4ª Ed. Fortaleza. Edições UFC. 2007.

IBGE. Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 20. Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br) Acesso em: 10 jun. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUGÃO, R. C. et. al. Reforma universitária no Brasil: uma análise dos documentos oficiais e da produção científica sobre o REUNI. Disponível em: [pt.slideshare.net/MarceloBatista5/ensino-superior-pblico-privilgio-de-poucos-enpess-2008](http://pt.slideshare.net/MarceloBatista5/ensino-superior-pblico-privilgio-de-poucos-enpess-2008) Acesso em: 10 jul. 2016.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 60, jan.-mar., 2015.

MARTINELLI, Selma de Cássia; SCHIAVONI, Andreza; BARTHOLOMEU, Daniel. Propriedades Psicométricas de uma Escala de Percepção de Alunos sobre as expectativas do professor. Aval. Psicol., Porto Alegre v. 8, n. 1, p. 119-129, abr. 2009 Disponível em: [www.pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v8n1/v8n1a11.pdf](http://www.pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v8n1/v8n1a11.pdf). Acesso em: 10 jul. 2016.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. A Educação Superior no Plano Nacional de Educação (2014-2024): Expansão e Qualidade em Perspectiva. Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR. Disponível em: [www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos) Acesso em: 18 jun. 2017.

PACHECO, Eliezer. (organizador). Institutos Federais Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Editora Moderna Ltda, 2011.

PASSOS, Guiomar de Oliveira; GOMES, Marcelo Batista. Ensino Superior Público – Um privilégio de poucos. Disponível em: [www.academia.edu/6486937/ENSINO\\_SUPERIOR\\_P%C3%A9BLICO\\_UM\\_PRIVIL%C3%A9GIO\\_DE\\_POUCOS](http://www.academia.edu/6486937/ENSINO_SUPERIOR_P%C3%A9BLICO_UM_PRIVIL%C3%A9GIO_DE_POUCOS) Acesso em: 16 jun. 2016

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à Educação Superior no Brasil. Campinas: Ed.Soc. v. 25, n. 88, 2004.

RODRIGUES, Adriana Silva Souza; LIBERATO, Giuliana, Bronzone. Fatores determinantes dasatisfação com a experiência acadêmica. Pensamento Contemporâneo em administração, v. 10, n.2, p.18-33. Rio de Janeiro: 2016.

SANTOS, Raimundo Santiago dos. A Interiorização da Educação Superior no Estado do Ceará. Revista Gestão Universitária. Disponível em: [www.gestaouniversitaria.com.br/](http://www.gestaouniversitaria.com.br/)) Acesso em: 16set. 2016.

SCHLEICH, A.R.L.; POLYDORO, S.A.J.; SANTOS, A.A.A. A escala de Satisfação com a experiência Acadêmica de Estudantes do Ensino Superior. Avaliação Psicológica, v.5, p.11-20, 2006. Disponível em: [www.uff.br/pae/index.php/pca/article/viewFile/703/pdf](http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/viewFile/703/pdf) Acesso em: 16 set.2017.

SOUZA, Saulo Aparecido de; ALVES, Fernanda de Matos Sanches. Satisfação dos Estudantes dos Cursos de Graduação em Administração da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. XXXII da AMPAD. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [www.ampad.org.br](http://www.ampad.org.br) Acesso em: 30 jul. 2016.

SPELLER, P. ROHL, F. & MENEGHEL, S. M. (Org.). Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964por.pdf>). Acesso em: 03 set. 2016.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia: As etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: [www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103](http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103) Acesso em: 10 jul. 2016.